



Os lobistas circulam livremente pelo plenário e chegam a ocupar lugares previamente destinados a jornalistas e assessores

Eleições 88 já têm apoio de pefelistas

A tese de eleições gerais diretas em 1988 teve "boa acolhida" entre os parlamentares do PFL que se reuniram na noite de quarta-feira na residência do deputado Lúcio Alcântara (CE), segundo informou ontem o senador Carlos Chiarelli (RS), líder do Senado. Os pefelistas se reuniram para debater o documento "Transição e reforma", que se propõe a promover uma rediscussão do partido na tentativa de fortalecê-lo para as próximas eleições.

Segundo Chiarelli, que participou do encontro, houve praticamente consenso de que a solução política para uma crise política passa pelas eleições gerais, "especialmente quando se verifica um momento pós-constituinte", como será o ano de 1988. Não se pode, contudo, avaliar desde já esse resultado da reunião como um indício de que a maioria do PFL concorda com a tese, uma vez que na residência de Lúcio reuniram-se pouco mais de 20 deputados e somente três senadores pefelistas (além de Chiarelli, os senadores Jorge Bornhausen (SC) e Agripino Maia (RN). Basicamente, estavam reunidos os que não concordam com a continuidade do apoio do partido ao Governo Sarney e que saíram derrotados da reunião do Diretório Nacional, há duas semanas.

O deputado Lúcio Alcântara explicou ontem que o documento "Transição e reforma", redigido sob sua orientação, ainda está em razão pela qual não há data marcada ainda para ser encaminhado ao senador Marco Maciel, presidente do PFL, e ao ministro Aureliano Chaves, presidente de honra. A idéia — informou o senador Chiarelli — é levá-la a debate também nos Estados e, conforme o índice de aceitação, transformá-lo em documento básico de discussão durante a convenção do partido, que será realizada após a promulgação da nova Constituição.

O documento, de 15 laudas, propõe um "caminho novo para o PFL" e suger até um novo nome para a agremiação: "Partido Social Liberal". Entre as críticas à atual situação do País, define a Nova República como "uma das mais graves frustrações do povo brasileiro", enfatizando que uma das questões mais graves, como o déficit público, "jamais foi enfrentado com determinação e competência". O manifesto dos dissidentes critica ainda o Plano Bresser, embora fixe como "diretriz programática" uma receita contida no próprio plano: o combate à inflação com base em um "pacto de preços e salários", além do controle do déficit público.

Chiarelli continua como líder do PFL

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli vai permanecer no cargo pelo menos até o final dos trabalhos da Constituinte, quando o partido realiza sua convenção nacional. Essa foi a decisão do líder, anunciada após a definição do PFL de permanecer alinhado ao Governo José Sarney.

Os senadores do PFL criticaram as atitudes do líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço, que antagonizou os parlamentares do partido, tentando destituí-los da Comissão de Sistematização. O apelo mais veemente pela permanência do líder veio exatamente do senador parlamentarista Afonso Arinos. No Senado, a maioria dos pefelistas, defende o sistema parlamentar de governo e, portanto, acham que estão devidamente representados pelo seu líder.

Fernando Henrique reage a lobby e susta sessão

A ação de grupos lobistas no plenário da Comissão de Sistematização fez o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), presidente em exercício da Mesa, suspender antes da hora os trabalhos da sessão na manhã de ontem. Durante toda a reunião, os parlamentares, reclamavam, pelo microfone de apertes ou diretamente à Mesa, da atuação dos lobistas e pediam providências.

Desde o início da sessão, os três vice-presidentes da Sistematização que presidiram sucessivamente a Mesa — senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), deputado Aluísio Campos (PMDB-PB) e o senador Fernando Henrique — pediram insistentemente que as pessoas que estivessem em pé no plenário, fazendo lobby, se retirassem. Coube ao senador Fernando Henrique, já irritado, suspender os trabalhos, depois de advertir que «um poder não se respeita na ordem mínima não pode ser respeitado no País. E nós faremos respeitá-lo».

Apesar desse problema, a sessão da manhã de ontem foi tranquila e houve apenas um atrito, quando o deputado Gerson Peres (PDS-PA) ameaçou obstruir a ses-



são caso seu pedido de destaque para emenda que suprimia o texto do artigo 144 do substitutivo não fosse votado. O texto do artigo trata da criação do Conselho Nacional de Justiça, uma novidade constitucional no texto do relator, que permite o controle administrativo do Poder Judiciário. A emenda do deputado Gerson Peres foi à votação, mas ficou prejudicada por falta de quorum.

Tribunais

Nessa sessão, apenas uma emenda, modificando o texto do substitutivo, foi aprovada. De autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), a emenda modificou o parágrafo 1º do artigo 143, estabelecendo que a competência dos tribunais e juizes estaduais será definida nas constituições dos Estados. No texto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) essa competência era de iniciativa dos tribunais de Justiça.

Antes dessa votação, o plenário rejeitou duas emendas que alteravam o artigo que trata da competência da Justiça Militar no substitutivo. As emendas, dos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e José Genoíno (PT-SP), pretendiam estabelecer que a Justiça Militar julgasse os crimes militares sem dar margem à interpretação de que poderiam também julgar os crimes civis, o que os dois autores entendiam não estar muito claro no substitutivo.

Plenário é alvo das pressões

O plenário da Comissão de Sistematização, além de palco dos grandes confrontos ideológicos e de acirradas disputas nas votações de matérias polêmicas, está sendo o cenário predileto para a prática — democrática ou ilícita — da pressão "corpo-a-corpo" dos lobistas. O alvo, visível e de fácil acesso, é o voto de cada parlamentar.

E o lobista, seja ele da União Democrática Ruralista (UDR) ou do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), dos anistiados ou dos militares, circula pelo plenário, à revelia dos seguranças, portando crachás específicos das lideranças partidárias (assessorias). O fato incomoda e preocupa outros líderes, que não estão bancando este lobby e exigem um controle de acesso mais rígido ao plenário, para que, durante as votações da Constituinte, o parlamentar não seja incomodado ou pressionado por elementos "estranhos" à Constituinte.

O líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, comenta que é raro sair do seu gabinete em direção ao plenário (pouco menos de 100 metros) sem ser abordado por um lobista. "É um absurdo. Agora, eles estão dentro do plenário. Daqui a pouco, só falta o lobista expulsar o parlamentar de sua cadeira e votar", frisa. Mesmo assim, reconhece que o lobby mais organizado e atuante é o dos sindicatos dos trabalhadores, além da informática, da Petrobrás e da questão militar. Ele acrescenta que daria o título de mais inconveniente aos militantes da União Juventude Socialista (UJS), que defendiam voto aos 16 anos.

Sem vez

Mas, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, ignora a ação dos lobistas: "Comigo, eles não têm vez, seja de que lado venham". Entretanto, Cabral reconhece que o trabalho mais or-

Mesa proíbe, mas propaganda é forte

Na disputa entre o presidencialismo e o parlamentarismo é utilizado cada metro quadrado de parede, de painel e dos corredores do Congresso Nacional para afixação de cartazes alusivos aos dois sistemas de governo. A Mesa da Constituinte já proibiu a propaganda e determinou a retirada dos cartazes, mas os comitês insistem e a reposição do material retirado é quase imediata.

Um dos articuladores da campanha pró-parlamentarismo, deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), não revela o custo com as propagandas, mas deixou escapar que fez "uma vaquinha" entre amigos e adeptos do parlamentarismo para bancar o lobby. Pelo lado do grupo presidencialista, os líderes do PT e do PDT negam que os cartazes tenham sido adquiridos com dinheiro do partido, o que reforça a tese de que a Gráfica do Senado Federal estaria imprimindo milhares de panfletos, cartazes e livretos a pedido do Gabinete Civil da Presidência da República.

Regra

A Mesa da Constituinte reservou as três últimas filas de cadeiras do plenário para os jornalistas, à esquerda, e para os assessores parlamentares, à direita, desde que devidamente credenciados. Mas a regra nem sempre é cumprida, pois há pessoas estranhas ao local.

O senador Jarbas Passarinho, no entanto, presidindo a Mesa da Sistematização durante a votação do capítulo da Ordem Social, chamou a atenção do presidente da CUT, Jair Meneguelli, e do presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, que circulavam e trocavam idéias com vários parlamentares em pleno processo de votação: "Acho um absurdo, pois se abrir mão, não poderei, por exemplo, proibir que o Ronaldo Caiado também fique no plenário".

Para surpresa do senador pedessista, o líder na UDR não estava presente, mas delegou poderes ilimitados ao seu assessor, Fábio Sabóia: "Temos que copiar o inimigo, menos na cabalação de votos", comentou.

Já o diretor técnico do Diap — Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar —, Ulisses Riedel, negou que seu trabalho seja um lobby: "Nossa existência se fundamenta no apoio ao parlamentar ligado à questão sindical, porque na hora da votação poderá surgir alguma dúvida e nós estaremos aqui para saná-la".

Mas os lobbies estão em todos os lugares e não escolhem sequer a mesma instituição. O Ministério Público, representado pelos procuradores e promotores de justiça, compraram uma "briga" com a Associação Nacional dos Magistrados. Os primeiros insistem na manutenção da defesa da ordem jurídica e do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis, além da elaboração própria do orçamento e autonomia funcional e administrativa. Os juizes protestam e querem mudar o texto do relator, pois consideram as conquistas do Ministério Público como um "status de quarto poder". Gozando das mesmas autonomias e prerrogativas do poder Judiciário.

Legitimidade

Já o líder em exercício do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, diz preferir desconhecer a prática lobista dentro do plenário. Segundo ele, após seguidos debates, todo parlamentar já definiu suas posições de acordo com suas consciências. Ele não crê que "alguém mudaria seu voto após uma decisão final". Mesmo assim, reconhece a pressão democrática das polícias militares e dos trabalhadores sem-terras como legítimas, ao passo que a UDR "apelou para a agressividade, o que só surtiu efeitos negativos".

Para o líder do PC do B, Haroldo Lima, o profissionalismo dos lobistas chegou a tal dimensão que existe um peso de diferenciação no tratamento com os parlamentares. Citou como exemplo os representantes dos movimentos populares, como os professores, estudantes, anistiados e aposentados, que só procuram os constituintes da ala progressista — PT, PDT, PCB e PC do B. "E, para minha surpresa" — acrescentou —, "nenhum lobista dos latifundiários, do Governo ou dos militares passou pelo meu gabinete ou sequer me cumprimentou".